

Uma proposta de democratização

ROMARIO SCETTINO
Editor de Cultura

As associações culturais do Distrito Federal, muito antes da anunciada reforma proposta pelo governador José Aparecido, já vinham se reunindo para lançar uma sugestão ao Secretário de Cultura, D'Allembert Jacoud. Estavam todos preocupados com os rumos da administração cultural em Brasília e com a eterna ineficiência dos burocratas e de seus comandados.

Todo administrador sabe o que fazer quando seus auxiliares não estão funcionando. Não estou falando em demissão, aviso logo. Basta transmitir uma linha política definida que, mesmo viado, o serviço público trabalha com eficiência. Imagine esse pessoal com um comando fraco, sem perspecti-

va. Circula pela cidade um documento que propõe "a nomeação imediata de um grupo de trabalho, com integrantes eleitos pelo conjunto

de entidades do meio artístico e cultural, em número igual ao dos componentes indicados pelo governo, para elaborar um projeto de reestruturação da Fundação Cultural do Distrito Federal e da Secretaria de Cultura, de modo a definir competências de cada órgão, evitar superposição de funções e democratizar o seu funcionamento".

Está aí uma proposta simples que atende a todos os interessados e que pode vir a ser a varinha de condão na legendaria crise da chamada cultura candanga. Pelo que eu saiba este documento já foi assinado por todas as entidades culturais da cidade, políticos, como o deputado Augusto de Carvalho, a flautista Odeth Ernest Dias, os presidentes do PCB, Carlos Alberto Torres, e do PT, Orlando Cariello, sindicatos, etc.

Esta reivindicação está sendo encaminhada ao Secretário D'Allembert com cópia para o chefe do governo. Só mesmo um político in-

sensível deixaria de atender a este pedido. Mas eu não acho que tudo se resolve quando uma comissão é formada. E preciso que os interessados continuem mobilizados. A Constituinte serve como exemplo. Enquanto a Comissão de Sistematização trabalhava, os lobbies não paravam. Em termos de atendimento popular o que se tem como Constituição não é lá essas grandes coisas, mas já pensou se não houvesse pressão nenhuma?

A cultura não é um produto como qualquer outro, não se faz por decreto, não é fruto de elaborados projetos de gabinetes e muito menos significa inauguração de monumentos e distribuição de medalhas. Isso são meras consequências de um processo que requer antes de tudo democracia, acesso aos meios de produção e uma distribuição de renda equilibrada.

Os baianos me diziam durante a condecoração do escritor Jorge Amado, na embaixada de Cuba, que cria-

ção de conselhos também não resolve nada. Até hoje a Bahia não tem Conselho de Cultura. Problema deles, o que ocorre aqui em Brasília é mais singular, temos quatro órgãos de cultura: a Fundação Cultural, o Departamento de Cultura, a Secretaria de Cultura e a Assessoria Especial para Assuntos Culturais, criada especialmente para o jornalista e poeta Reynaldo Jardim. Com tantas siglas, o que falta é política cultural. O Jardim acha que isso é coisa de ditadura, a cultura é feita pelo povo. Sim, mas desorganizadamente? Sem estímulo? Toda vez que um produtor em Brasília precisa de uma ajuda, em serviços, da Fundação ou da FCDF é um Deus nos acuda. A má vontade impera desde o contínuo até o chefe da seção. E o pior é que não há critérios no atendimento.

Vamos mudar, toda mudança é proveitosa. Principalmente num ano como esse marcado por um significativo hexagrama do I Ching: Revolução.